

* MINUTA DE DOCUMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08797.000481/2021-89

* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO 14/2021

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E A EMPRESA

A União, por intermédio da Polícia Federal - Superintendência Regional do Estado do Acre, com sede na Rodovia BR-364, nº 3501, Bairro Pedro Roseno, Rio Branco/AC - CEP 69917-672, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0019-65, neste ato representado(a) pelo Delegado de Polícia Federal ÉRICO BARBOZA ALVES, nomeado(a) pela Portaria Nº 1.132, publicada no DOU de 01 de setembro de 2020, portador da matrícula funcional nº 15868, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº XX/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em reformas de embarcações, para reformar com fornecimento de materiais para uma EMBARCAÇÃO DE ALUMÍNIO SOLDADA, VERSÃO PATRULHA, com 13,85 metros de comprimento, 3,00 metros de largura e pontal de 1,10 metros, de propriedade da POLÍCIA FEDERAL, que será prestado nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

GRUPO 01						
SERVIÇOS						
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Unidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.1	PINTURA EXTERNA EM SUPERFÍCIE DE ALUMÍNIO - (inclusa cobertura)	98,75	m²		
	1.2	PINTURA INTERNA PAREDE DE ALUMÍNIO	23,22	m²		
	1.3	PINTURA PISO DE ALUMÍNIO - (área interna e externa)	41,55	m²		
	1.4	FORRO DE PVC TETO - (material e instalação)	28,75	m²		
	1.5	FORRO DE PVC PAREDE - (material e instalação)	44,5	m²		
	1.6	ESQUADRIAS (formato trapezoidal B = 1,35m; b=0,95; h=0,70) (material e instalação)	2	un		
	1.7	ESQUADRIAS (1,35m x 0,65m) - (material e instalação)	4	un		
	1.8	ESQUADRIAS (0,60m x 0,50m) - (material e instalação)	4	un		
	1.9	INSTALAÇÃO ELÉTRICA E CABOS - (material e instalação)	1	un		
	1.10	PIA (1,00x0,50x0,90) - (material e instalação)	1	un		
VALOR GLOBAL DO ITEM 1						
MATERIAIS						
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Unidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	2.1	BANCO LATERAL ESTOFADO COM BASE EM METAL (3,70x0,70x0,50m)	1	un		
	2.2	BANCO LATERAL ESTOFADO COM BASE EM METAL (3,90x0,70x0,50m)	1	un		
	2.3	BELICHE de MADEIRA FEITO SOB MEDIDA: medidas aproximadas de 1,90x0,70m	4	un		
	2.4	COLCHÃO (1,90x0,70m)	4	un		
	2.5	FREZER HORIZONTAL até 300L	1	un		
	2.6	FOGÃO INDUSTRIAL DE 4 BOCAS COM FORNO	1	un		
	2.7	CHUVEIRO EXTERNO	1	un		
	2.8	SONAR	1	un		
	2.9	LIMPADOR DE PARABRISAS NAUTICO	1	un		
	2.10	LEME DE ALUMÍNIO	1	un		
VALOR GLOBAL DO ITEM 2						
VALOR GLOBAL DO GRUPO 01 (Item 1 + Item 2)						

2. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em

...../...../....., e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n. 39, de 13/12/2011.

3. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001

Fonte: FUNAPOL - TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA (0174020227)

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: EQUIP. MATERIAL PERMANENTE (449052)

PI: APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO - OPERACIONAL (PF9990APO21)

5. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. O prazo de execução dos serviços será de 06 (seis) meses, com início

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e

demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Rio Branco - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio Branco - Acre, .XX de..... de 2021.

ÉRICO BARBOZA ALVES
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal

Empresa:
CNPJ:
CPF Sócio:

TESTEMUNHAS:

1-
2-



Documento assinado eletronicamente por **ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS, Pregoeiro(a)**, em 29/09/2021, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20477901** e o código CRC **0E02348A**.